

unicípio de
TAROUCA

Uey

Ben

W f

REUNÃO DE
7/15/2020
PRODEM
MINUTADO

RELATÓRIO E CONTAS

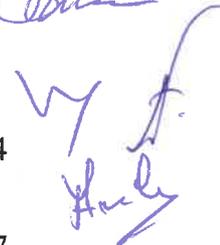
2019

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal,

Exmos. Membros da Assembleia Municipal,

Os meus respeitosos cumprimentos.

Em cumprimento do disposto no ponto 13 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22.02, apresentamos a V. Excias o relatório de gestão referente ao exercício de **2019**, aprovado pelo órgão executivo em sua reunião de 14/05/2020, em conjunto com os demais documentos da prestação de contas.



ÍNDICE

1	INTRODUÇÃO.....	4
2	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	7
3	GRANDES OPÇÕES DO PLANO	8
4	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	23
4.1	EXECUÇÃO GLOBAL.....	23
4.2	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA.....	24
4.3	EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA.....	28
5	LIMITES LEGAIS.....	33
5.1	LIMITES DA DIVIDA TOTAL EM 2019.....	33
5.2	PAGAMENTOS EM ATRASO.....	34
6	SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA.....	35
7	EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS DE TERCEIROS E A TERCEIROS.....	55
8	PROPOSTA FUNDAMENTADA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS....	56
9	FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO.....	56
10	NOTA FINAL.....	60

1 INTRODUÇÃO

Nos termos da alínea *i*) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal.

De referir que o Município de Tarouca encontra-se com plano de saneamento financeiro, aprovado pela Assembleia Municipal em sessão de 27 de abril de 2010 e que precedeu a contratação do empréstimo de saneamento financeiro, por 12 anos, no montante de € 6 500 000, sendo que o mesmo foi renegociado no ano de 2017, aproveitando essa mesma renegociação para reduzir a taxa de juro.

Cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam de acordo com o n.º 2 do artigo 27.º da citada Lei n.º 75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais). Até 30 de abril, o órgão executivo, nos termos da lei, remeterá para a Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), os documentos de prestação de contas, em conformidade com o estabelecido no n.º1 do artigo 78.º da referida Lei n.º 73/2013. Até 30 de Abril, o Presidente da Câmara Municipal remeterá as contas as Tribunal de Contas, em cumprimento do n.º4 do art. 52º da Lei nº98/97 de 26 de agosto.

Um dos documentos de prestação de contas é o Relatório de Gestão, cuja finalidade é a evidência da situação económica e financeira, demonstrando as opções eficiência na utilização dos meios afetos à persecução das atividades desenvolvidas pela entidade e a eficácia na realização dos objetivos inicialmente aprovados.

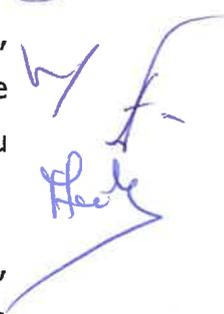
Assim, o Relatório de Gestão deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional, económica e financeira da autarquia, que se destinam não só à apreciação do órgão deliberativo,



fiscalizando a atividade municipal, e, para julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social das populações.

O conteúdo do relatório de gestão, referenciado no ponto 13 do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, a apresentar pelo órgão executivo ao deliberativo deve contemplar os seguintes aspetos:

- a) A situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes sectores de atividade da autarquia local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos, quando aplicável;
- b) Uma síntese da situação financeira da autarquia local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstrações de resultados;
- c) Evolução das dívidas de curto, médio e longo prazos de terceiros e a terceiros nos últimos três anos, individualizando, naquele último caso, as dívidas a instituições de crédito das outras dívidas a terceiros;
- d) Proposta fundamentada da aplicação do resultado líquido do exercício;
- e) Os factos relevantes ocorridos após o termo do exercício.

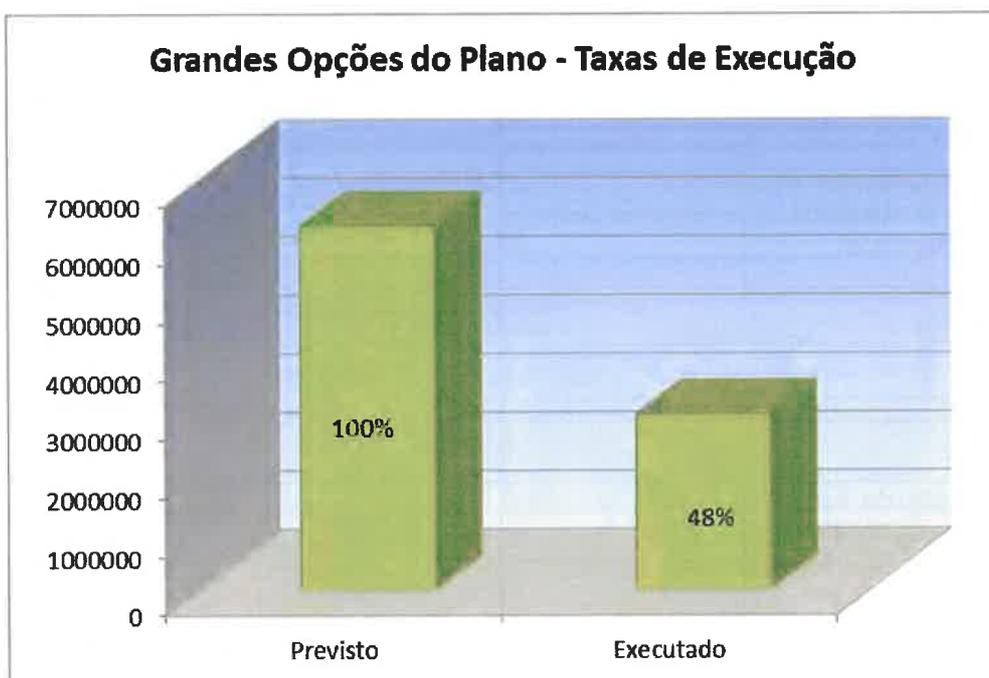




3 GRANDES OPÇÕES DO PLANO

As Grandes Opções do Plano (GOP's) traduzem as linhas de desenvolvimento estratégico municipal e incluem, designadamente o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Atividades Municipais (PAM).

Execução das GOP's



Dos 6.205.904 EUR previstos nas GOP's, executaram-se 2.987.751 EUR, diminuindo em cerca de cento e cinquenta mil euros em comparação com o ano anterior, o que corresponde a uma taxa de execução de 48%, cuja representação gráfica é apresentada no gráfico anterior.

Os maiores desvios verificados na taxa de execução das Grandes Opções do Plano referem-se, nomeadamente aos seguintes fatores:

- Atrasos de pagamento, nomeadamente, com a Águas do Norte, S.A. referentes ao serviço de tratamento de águas residuais e fornecimento

de água, com a Ferrovia e Resinorte, referentes ao serviço de recolha e tratamento de resíduos respetivamente, bem como à EDP, referente ao serviço de fornecimento de energia elétrica.

- Atraso na execução de projetos com apoio de fundos comunitários, que tiveram início mais tarde do que era suposto, assim:
 - Beneficiação da Escola n.1 de Tarouca, empreitada que servirá para a instalação do Julgado de Paz, projeto que se encontra quase concluído nesta fase;
 - Reabilitação do Bairro de Habitação Social, o qual teve a sua conclusão já no primeiro trimestre de 2020;
 - Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, projeto que teve início no ano 2019, no então só está terminado no primeiro semestre de 2020;
 - Parque Ribeirinho de Tarouca, candidatura que iniciou no ano 2019, tendo atrasado devido às condições climatéricas que ocorreram durante o final do ano, mas que se estime ficar encerrada até ao final do terceiro trimestre de 2020;
 - Área de Acolhimento Empresarial Local, investimento que se previa realizar sem recurso a fundos comunitários, no entanto surgiu a oportunidade de candidatar ao Portugal2020 esta obra, tendo-se decidido o seu atraso, por forma a rentabilizar os parques meios financeiros da candidatura;
- Não realização de investimento avultados no setor de abastecimento e tratamento de água, pois as candidaturas apresentadas ao Portugal2020 não tiveram aprovação por insuficiência de fundos.

Estas foram as rubricas que contribuíram para os maiores desvios relativos não apenas às Grandes Opções do Plano, mas obviamente influenciaram a execução orçamental na globalidade.

No balanço de dois anos deste segundo mandato, o executivo municipal orgulha-se do caminho percorrido, na certeza de ter feito mais por Tarouca e pelos Tarouquenses, devolvendo-lhes a confiança e a segurança de uma governação séria, traçada a pensar nas pessoas e para as pessoas.

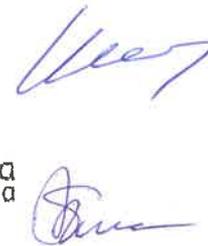
Sem nunca descurar os tarouquenses e a sua qualidade de vida, o apoio à saúde e educação, a promoção das dinâmicas sociais, desportivas, recreativas e associativas, apesar da imensa e estranguladora limitação de recursos financeiros, traduzem-se num concelho com mais vida.

Fruto de uma estratégia assente na estabilização das contas da autarquia e recuperação da credibilidade económica, a 31 de dezembro de 2019 foi possível sair do excesso de endividamento, que ficou abaixo em 621 mil euros (margem absoluta), em contraposição com os 5,6M€ de excesso no ano de 2013.

Não obstante dos constrangimentos financeiros existentes, os fundos europeus têm sido uma importante janela de oportunidade que o executivo soube aproveitar em prol de um concelho mais homogéneo e dotado de infraestruturas que promovem um desenvolvimento sustentável.

Assim, estão já concluídas as seguintes empreitadas:

- Execução de Rede Pública de Drenagem de águas Residuais em Meixedo, Salzedas - Tarouca – Desativação de Fossa Séptica Pública;
- Execução de Rede Pública de Drenagem de águas Residuais no Bairro dos Animais e no Caminho do Candaínho – Tarouca;
- Execução de Rede Pública de Drenagem de Águas Residuais em Valverde, Tarouca – Desativação de Fossa Séptica Pública;
- Desativação de uma fossa séptica em Ucanha, com colocação de uma estação elevatória e Reformulação de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Urbanas em Gouviães – Tarouca;
- Regeneração E Revitalização do Núcleo Antigo da Cidade de Tarouca;
- Eliminação de Pontos de Acumulação de Acidentes que Envolvem Peões e Ciclistas;



- Reabilitação do Bairro de Habitação social dos 12 fogos, sito em Tarouca – Eficiência Energética.

Em execução, no final de 2019, encontram-se também as empreitadas de:

- Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha, no âmbito dos Planos de Ação e Regeneração Urbana (PARU);
- Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca, no âmbito dos Planos de Ação e Regeneração Urbana (PARU);
- Reabilitação e Remodelação da Escola Primária N.º1 de Tarouca para instalação de julgado de Paz de Tarouca.



No ano de 2019 foram aprovadas várias candidaturas, e já no início de 2020 foram ou serão em breve abertos os concursos para a adjudicação das empreitadas de:

- Requalificação do Parque de Santa Helena e Valorização da Igreja de S. Pedro, de Tarouca;
- Regeneração e Revitalização do Núcleo Antigo de Tarouca (fase 2);
- Melhoria da Mobilidade Suave entre Castanheiro do Ouro e o Centro da Cidade de Tarouca, e interface de Táxis;
- Regeneração da Zona Ribeirinha do Outeiro, na freguesia de Mondim da Beira;
- Regeneração da Zona Ribeirinha de Ucanha (Fase 2).

AS pequenas obras foram também uma prioridade, e muitos foram os pequenos investimentos realizados que trouxeram resposta a necessidades dos tarouquenses.

O executivo municipal está convicto de que este é o caminho certo para construir um futuro de prosperidade para Tarouca e para os Tarouquenses, com melhores oportunidades para as gerações atuais e vindouras.

PROTEÇÃO CIVIL E LUTA CONTRA INCÊNDIOS

Prevenção e sensibilização foram os princípios que nortearam o executivo no ano de 2019 relativamente à área da proteção civil e defesa da floresta contra incêndio, e neste propósito durante o ano de 2019 foi realizada a limpeza de vários quilómetros da rede primária e rede secundária, a execução de faixas de gestão de combustível, abertura e limpeza de caminhos florestais, bem como o continuado apoio financeiro e logístico aos Bombeiros Voluntários de Tarouca.

EDUCAÇÃO

A autarquia tem encetado um conjunto de medidas necessárias e prioritárias no apoio à educação e sucesso escolar, materializando assim com ações concretas a importância das crianças e jovens no futuro do território, na certeza de que todo o apoio e investimento na educação dos mesmos terá reflexos positivos no amanhã e aliviará despesa nos orçamentos familiares.

A título de exemplo, destacam-se a isenção no pagamento das refeições e transportes escolares, a atribuição de um subsídio anual para aquisição dos livros e material escolar, bem como o desenvolvimento do projeto "Tarouca Ensina Mais", com o objetivo de combater o insucesso e abandono escolar.

Bem como a realização do ATL Crescer a Sorrir que garante aos pais uma resposta à ocupação das crianças durante as férias escolares de verão e oferece às crianças um maior número de experiências e conhecimento.

SAÚDE

Mesmo não sendo uma função da autarquia, são várias as atividades e ações que este executivo tem vindo a desenvolver na área da saúde, tendo nos seus quadros de pessoal técnicos superiores da área, garantindo assim um melhor e mais eficaz serviço à população. A viatura de apoio à saúde percorre diariamente as povoações do concelho, garantindo aos nossos idosos uma maior proximidade e um acompanhamento mais constante.

Handwritten signatures and initials in the top right corner of the page.



AÇÃO SOCIAL

Continuam a ser prioritárias as políticas municipais de inclusão e coesão social, e neste sentido é necessário continuar a garantir às famílias em situação mais difícil o acesso aos padrões mínimos de qualidade de vida.

Desejamos garantir respostas sociais assertivas e eficientes, com vista à promoção do envelhecimento ativo, mas também à dinamização do movimento associativo, à promoção do turismo, da cultura, da música e do desporto, como motores de desenvolvimento social.

Esta é hoje uma das funções de maior exigência das autarquias, pois os municípios vêm-se obrigados a prestar auxílio às famílias mais vulneráveis, com o objetivo de garantir níveis de qualidade de vida satisfatórios e com a preocupação de não deixar nenhuma família desamparada ou sem uma retaguarda de apoio.

Numa atividade contínua, tem a autarquia assegurado um conjunto de serviços de apoio psicológico, serviço de transporte de doentes, acolhimento habitacional temporário, apoio na aquisição de medicamentos e bens alimentares, entre tantos outros apoios.

O projeto Rejuvenescer Tarouca, continua a realizar várias atividades para a faixa etária mais idosa, integrando estes cidadãos e garantindo-lhes maior atividades que proporcionem o convívio e vivência em comunidade e combate à solidão.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Durante o ano de 2019, no âmbito dos Planos das Áreas de Reabilitação Urbana, deu-se continuidade à execução de empreitadas candidatas ao Portugal2020, nomeadamente, a regeneração e revitalização do núcleo antigo da Cidade de Tarouca, recuperação do Morro de Alcácima, um ícone para os Tarouquenses e que teve a sua inauguração no 1º trimestre de 2019.

A requalificação da Zona Ribeirinha de Tarouca, investimento que ficará concluído durante o ano de 2020, estando certos que em qualquer território,



os recursos endógenos, o património histórico, edificado, cultural, natural, paisagístico e as zonas ribeirinhas são fatores de desenvolvimento integrado, geradores de riqueza e de atratividade.

O Concelho de Tarouca é afortunadamente dotado de cada uma destas valências, sendo importante criar mais e melhores condições para quem aqui vive e para quem nos visita, pois só assim será possível melhorar a qualidade de vida e atrair mais investimento.

A Construção do Parque Ribeirinho de Tarouca é um investimento que estratégico, que transformará toda a envolvente ao Rio Varosela num espaço de excelência e referência em toda a região.

A Zona Ribeirinha de Ucanha, teve início a primeira fase em 2019 em neste mesmo ano viu aprovada no Portugal2020 a segunda fase, estando certos de que permitirá a moradores e visitantes a fruição de um espaço privilegiadamente dotado de beleza natural, junto a um dos maiores patrimónios que enriquecem o nosso Concelho, a Ponte e Torre de Ucanha e o Rio Varosa.

O Plano de Mobilidade Urbana Sustentável (PAMUS) tem na sua estratégia de ação a intervenção em dois eixos – resolução de problemas existentes e redefinição de novos modelos de mobilidade, tendo em 2019 visto aprovadas a candidatura para a aquisição e reabilitação de abrigos de passageiros de transportes públicos, que garantirá uma maior comodidade e em consequência maior atratividade para o uso deste transporte coletivo.

Também foi mapeada em 2019 a intervenção na Avenida Sá Carneiro, Avenida Santa Apolónia, Avenida Vice-Almirante Saavedra, Avenida Taveira Cardoso, que tem como objetivo a devolvendo o espaço público ao peão e promovendo o 'estar' e 'andar' na rua, assim como a dinamização comercial, esperando iniciar o investimento em 2020, nem como o Interface para táxis.



SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA

O serviço de saneamento e de fornecimento de água têm sido uma prioridade na atuação do executivo, por forma a garantir uma melhoria da qualidade de vida das populações.

Este setor é também uma preocupação ao nível ambiental, pois o deficiente tratamento das águas residuais põe em causa a biodiversidade.

Em 2019 destacamos o fecho das candidaturas apresentadas em 2018, garantindo assim a realização de muitos quilómetros de rede de águas e saneamento, nomeadamente nas zonas da baixa de Valverde, Pico e Amiais, Meixedo, Bairro dos Animais, Caminho do Candaíno e Valverde, bem como a desativação de uma fossa séptica em Ucanha, com colocação de uma estação elevatória e Reformulação de uma Estação de Tratamento de Águas Residuais Urbanas em Gouviães;

AMBIENTE

A política de desenvolvimento sustentável que tem vindo a ser levada a cabo pelo Município de Tarouca conduziu ao seu reconhecimento e distinção com o galardão de Município ECOXXI pelo terceiro ano consecutivo.

A Valorização dos Recursos Produtivos Endógenos - Agricultura e Floresta são também tidas em consideração ao nível ambiental, tendo em vista a preservação das paisagens do nosso concelho e os espaços verdes que nos rodeiam, sendo fundamental a ação da autarquia para garantir mais e melhores acessos florestais e prevenção continuada.

No ano de 2018, o Município de Tarouca avançou com um Plano de Prevenção de Resíduos Urbanos, o qual visa a redução de produção de resíduos e o aumento da recola de recicláveis, estando neste momento em curso a implementação deste mesmo plano e em 2019 viu aprovada a candidatura de recolha porta a porta, que terá início em 2020, garantindo assim a diminuição de resíduos depositados em aterro.

Foram muitas as ações de sensibilização durante o ano de 2019, em particular na comunidade escolar, estando certos que esta é a melhor forma de chegar a todas as famílias.

O Canil Municipal é hoje uma referência regional, fruto do bom trabalho e excelente exemplo que tem vindo a ser desenvolvido pelos funcionários da Câmara Municipal, mas também pelas associações e voluntários parceiros do Canil.



CULTURA

Com o objetivo de fazer com que a cultura seja parte da vida e do quotidiano de todos os tarouquenses, através do envolvimento e parcerias com as várias instituições e associações locais na organização de eventos, para uma maior valorização das pessoas e do concelho, a autarquia continuará a apostar em eventos atrativos e diferenciadores, promotores da cultura e que permitam afirmar a identidade do território, nomeadamente os eventos realizados no património edificado e auditório, como são exemplo os concertos e exposições de referência, sendo muitos destes eventos realizados pelas associações e filarmónicas do concelho.

O ano de 2019 ficou caracterizado também pelo aumento da procura da Academia de Música, estando a melhorar continuamente os seus níveis de desempenho, facto observável na prestação dos alunos.

O cinema em Tarouca é hoje também uma referência, existindo muitas sessões de lotação esgotada, sendo hoje um serviço procurado por muitos cidadãos de concelhos limítrofes, mas em grande parte pelos jovens do Concelho de Tarouca, garantindo assim o acesso a este tipo de eventos no interior do país.



DESPORTO, RECREIO E LAZER

Neste setor Tarouca tem vindo a desenvolver um conjunto de atividades que estão associadas à adoção de hábitos de vida saudáveis, sendo a autarquia promotora e parceira de atividades e eventos para todas as idades, com o objetivo de combater o sedentarismo.

Hoje Tarouca e os Tarouquenses orgulham-se de poder assistir ou participar no seu território a eventos de carácter nacional e internacional, cuja continuidade se ambiciona, na certeza de que são de enorme valor desportivo e recreativo, contribuindo igualmente para a promoção e afirmação territorial, em parceria contínua com o movimento associativo local.

Manteve-se em 2019 a afirmação de Tarouca como território único para a realização de provas de desporto aventura, sendo exemplo a prova de Downhill, a prova de Motocross, os vários passeios todo terrenos e BTT, sem em momento algum esquecer o apoio às associações para a realização dessas provas e eventos.

AGRICULTURA

A execução, limpeza, manutenção e recuperação de caminhos agrícolas foi uma área de atuação constante durante todo o ano de 2019, e estes trabalhos foram quase sempre realizados por administração direta.

A Régiefrutas encontrou uma nova dinâmica, e além de ser uma estrutura de apoio à comercialização de baga, mantém a sua atividade durante todo o ano, na transformação e venda de outros produtos como é o caso do kiwi e maçã.

INDÚSTRIA E ENERGIA

Era espectável avançar com um maior investimento em 2019 na Área de Acolhimento Empresarial Local, no entanto surgiu a possibilidade de candidatar esta obra ao Portugal2020, atuando sob o princípio da responsabilidade e considerando os poucos recursos da Câmara Municipal, decidiu-se formalizar a candidatura e aguardar a sua aprovação, pois existe

a possibilidade de todas estas despesas de capital serem financiadas com 85% a fundo perdido.

No setor da eficiência energética, foi possível garantir durante o ano de 2019 a instalação de LED's na Iluminação Pública, nas Freguesias de Várzea da Serra, Granja Nova e Vila Chã da Beira e Salzedas.

Ainda durante o ano de 2019 foi candidatada a instalação deste equipamento no resto do território, candidatura que foi aprovada e adjudicada já no ano de 2020.

TURISMO

No âmbito dos eventos realizados no concelho, estes têm como objetivo a promoção e divulgação do território, e consequência disso podemos hoje afirmar que temos verificado o aumento da visitação, sendo que desta forma tem-se validado uma maior lotação na área de alojamento e o aumento de novos empreendedores neste setor.

No ano de 2019 destacamos o inicio da intervenção no Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, garantindo a continuidade no tempo a este templo, que é um ícone na historia do nosso concelho e do país.

Foi apresentada candidatura, no projeto de Walking and Cycling, em conjunto com o Município de Lamego, garantindo um caminho pedestre entre São João de Tarouca e o Rio Douro e três caminhos pedestres dentro do concelho de Tarouca.

A atuação do executivo tem como principais objetivos a melhoria da qualidade de vida dos tarouquenses, bem como a dinamização da economia local, contribuindo assim para a fixação das pessoas e aumento da empregabilidade.

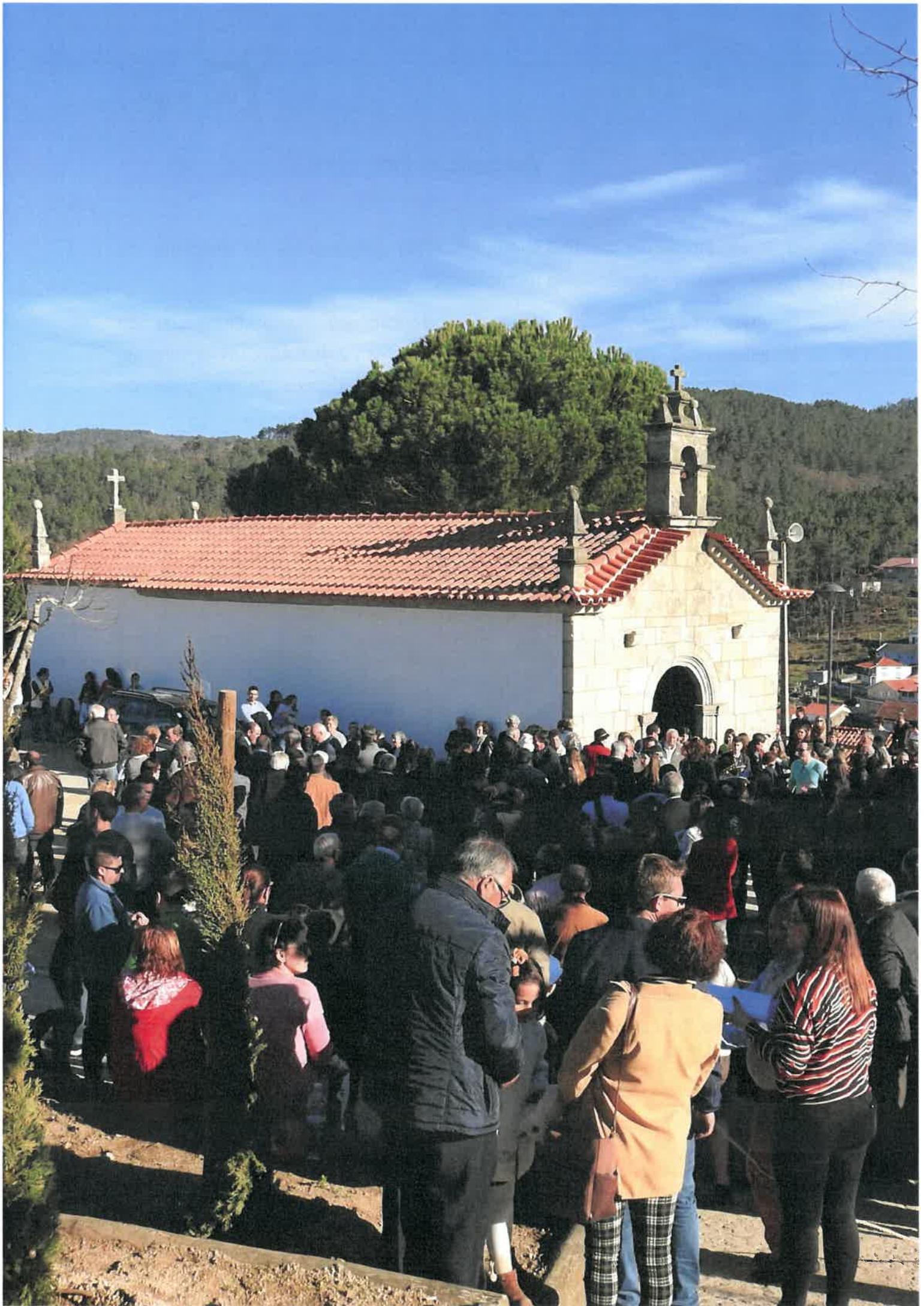
Execução do PPI

O Plano Plurianual de Investimentos (PPI) corresponde às despesas de investimento realizadas pelo município.

O quadro seguinte demonstra a execução do Plano Plurianual de Investimentos por funções, sendo que dos 2.401.468EUR previstos, executaram-se 993.264EUR, representando uma taxa de execução de 58,64%.

Descrição	Previsto		Executado		Desvio	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Serviços gerais de administração pública	368 164 €	15,33%	165 441 €	16,66%	- 202 723 €	-55,06%
Segurança e ordem públicas	2 512 €	0,10%	174 €	0,02%	- 2 338 €	-93,07%
Educação	130 044 €	5,42%	87 649 €	8,82%	- 42 395 €	-32,60%
Saúde	1 600 €	0,07%	910 €	0,09%	- 690 €	-43,11%
Segurança e ação social	20 192 €	0,84%	10 058 €	1,01%	- 10 134 €	-50,19%
Habitação e Serviços Coletivos	1 057 346 €	44,03%	370 085 €	37,26%	- 687 261 €	-65,00%
Serviços culturais, recreativos e religiosos	205 566 €	8,56%	116 613 €	11,74%	- 88 953 €	-43,27%
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	11 501 €	0,48%	6 685 €	0,67%	- 4 816 €	-41,87%
Indústria e energia	275 638 €	11,48%	123 187 €	12,40%	- 152 452 €	-55,31%
Transportes e comunicações	271 271 €	11,30%	108 868 €	10,96%	- 162 403 €	-59,87%
Comércio e Turismo	57 634 €	2,40%	3 594 €	0,36%	- 54 040 €	-93,76%
Total	2 401 468 €	100,00%	993 264 €	100,00%	- 1 408 204 €	-58,64%

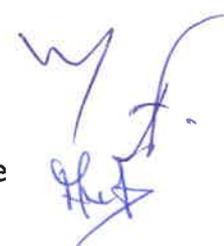
Da análise do quadro anterior podemos verificar que no ano de 2019 para a execução do PPI contribuíram com maior peso relativos a função de "Habitação e Serviços Coletivos", com 37,26%, onde se enquadram o Plano de Ação de Reabilitação Urbana, os investimentos nas redes de saneamento e fornecimento de água e tratamento de águas residuais; a função de "Serviços gerais de administração pública", com 16,66% e a função de "Indústria e energia" com 12,40%.



4 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

4.1 EXECUÇÃO GLOBAL

No exercício de 2019, os resultados da execução orçamental são os que constam do seguinte mapa:



Designação	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Receita Total	15 069 735,00 €	10 410 443,58 €	- 4 659 291,42 €	69,08%
Corrente	11 544 305,00 €	8 408 533,59 €	- 3 135 771,41 €	72,84%
Capital	3 515 353,91 €	1 992 247,60 €	- 1 523 106,31 €	56,67%
Outras	10 076,09 €	9 662,39 €	- 413,70 €	95,89%
Despesa Total	15 069 735,00 €	10 401 654,61 €	- 4 668 080,39 €	69,02%
Corrente	10 618 385,00 €	7 766 661,01 €	- 2 851 723,99 €	73,14%
Capital	4 451 350,00 €	2 634 993,60 €	- 1 816 356,40 €	59,20%

Durante o exercício económico de 2019, o município atingiu uma taxa de execução orçamental cerca de 69%, correspondendo a uma receita arrecadada e despesa paga que ultrapassou os 10,4 milhões de euros, aumentando cerca de 600 mil euros em relação ao ano anterior.

Os desvios verificados nas despesas e receitas de capital, têm como origem as explicações referenciadas no ponto 3 deste relatório.

Recebimentos			Pagamentos		
Saldo da gerência Anterior		238 857,21 €	Despesas Orçamentais		10 401 654,61 €
Execução orçamental	9 576,09 €		Correntes	7 766 661,01 €	
Operações de Tesouraria	229 281,12 €		Capital	2 634 993,60 €	
Receitas Orçamentais		10 400 867,49 €	Operações de Tesouraria		829 827,21 €
Correntes	8 408 533,59 €		Saldo para a gerência seguinte		228 766,25 €
Capital	1 992 247,60 €				
Outras	86,30 €		Execução orçamental	8 788,97 €	
Operações de Tesouraria		820 523,37 €	Operações de Tesouraria	219 977,28 €	
Total		11 460 248,07 €	Total		11 460 248,07 €

4.2 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA

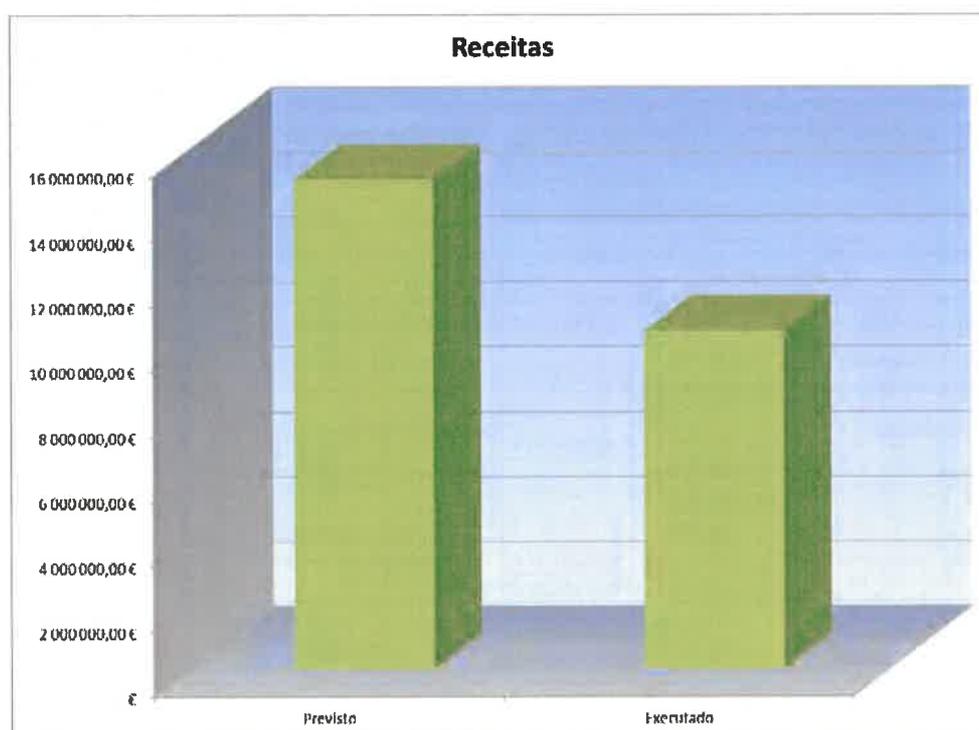
Execução da Receita 2019

Conforme se pode verificar através da análise do quadro seguinte, a receita total arrecadada em 2019 ascendeu a 10.410.443,58EUR, representando uma taxa de execução de 69,08% relativamente ao previsto.

Verifica-se uma taxa de execução das receitas correntes de 72,84% e das receitas de capital de 56,67%.

Designação	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Receita Total	15 069 735,00 €	10 410 443,58 €	- 4 659 291,42 €	69,08%
Corrente	11 544 305,00 €	8 408 533,59 €	- 3 135 771,41 €	72,84%
Capital	3 515 353,91 €	1 992 247,60 €	- 1 523 106,31 €	56,67%
Outras	10 076,09 €	9 662,39 €	- 413,70 €	95,89%

O gráfico seguinte apresenta a taxa de execução global da receita.

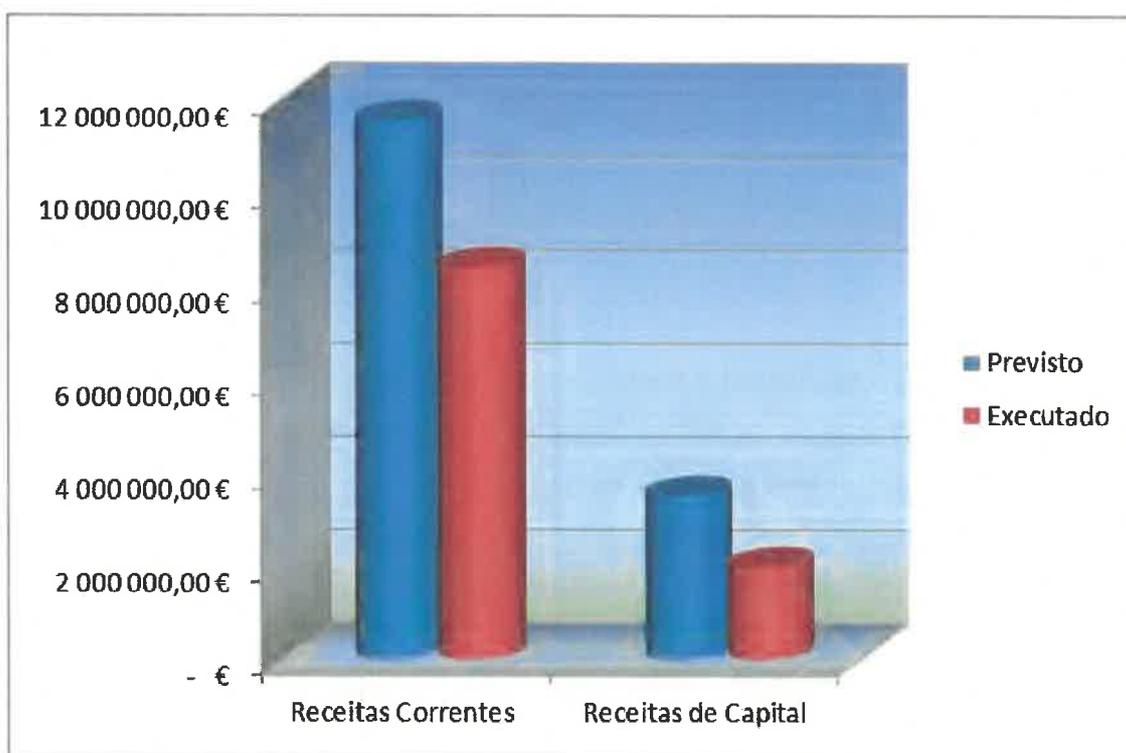


Receita Corrente/Receita de Capital

A receita corrente prevista totalizou 11.544.305EUR tendo-se executado 8.408.533,59EUR o que corresponde a uma taxa de execução da receita corrente de 72,84%.

A receita de capital prevista foi de 3.515.353,91EUR tendo-se executado 1.992.247,60EUR, representado uma taxa de execução da receita de capital de 56,67%.

A figura seguinte corresponde à representa gráfica da receita corrente e de capital nos montantes previstos e executados.



No quadro seguinte apresenta-se desagregado por capítulos de receita, os montantes previstos/orçamentados, a execução, os correspondentes desvios e o grau de execução.

Importa realçar que as transferências correntes e de capital, do Orçamento de Estado e de fundos comunitários, representam 67,92% da totalidade das receitas arrecadadas, peso relativo que se mantém em relação ao ano anterior.

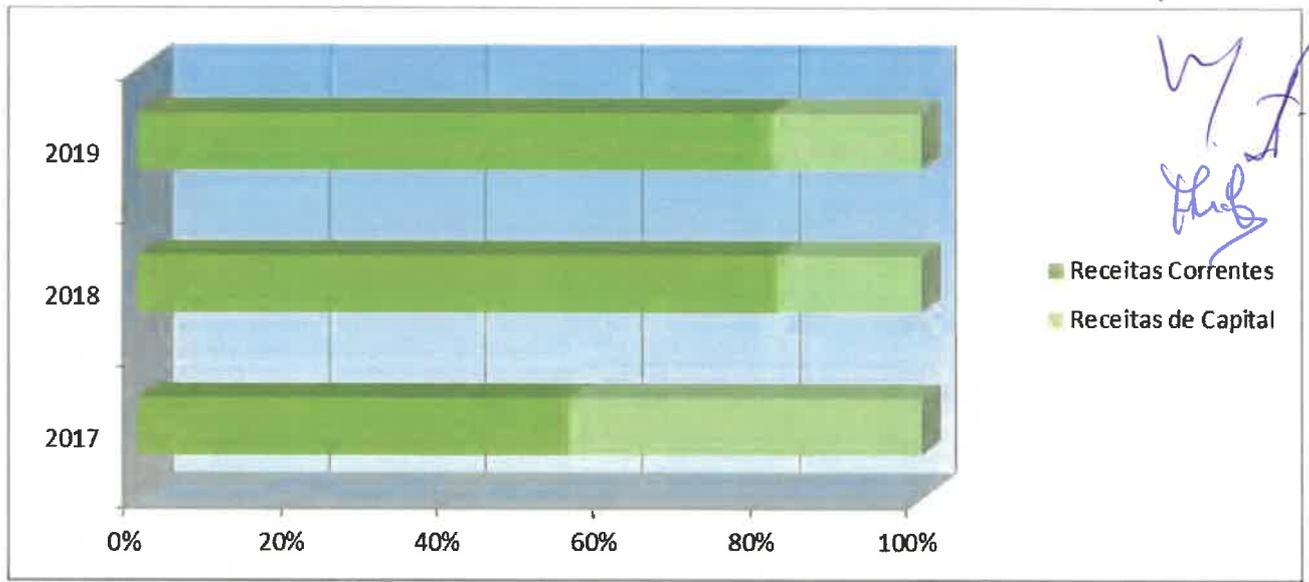
Evolução da Receita 2017-2019

Cód.	Descrição	2017		2018		2019	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Receitas Correntes	8 134 501 €	55,03%	7 974 238 €	81,54%	8 408 534 €	80,77%
01	Impostos Diretos	884 001 €	5,98%	877 097 €	8,97%	1 045 860 €	10,05%
02	Impostos Indiretos	23 143 €	0,16%	21 990 €	0,22%	20 751 €	0,20%
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	96 257 €	0,65%	62 862 €	0,64%	93 191 €	0,90%
05	Rendimentos de Propriedades	220 171 €	1,49%	247 608 €	2,53%	194 267 €	1,87%
06	Transferências Correntes	5 676 926 €	38,40%	5 665 716 €	57,94%	5 632 605 €	54,11%
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1 091 307 €	7,38%	1 085 114 €	11,10%	1 412 529 €	13,57%
08	Outras Receitas Correntes	142 696 €	0,97%	13 851 €	0,14%	9 330 €	0,09%
	Receitas de Capital	6 647 486 €	44,97%	1 805 051 €	18,46%	2 001 910 €	19,23%
09	Venda de Bens de Investimento	1 623 €	0,01%	11 357 €	0,12%	153 697 €	1,48%
10	Transferências de Capital	991 002 €	6,70%	897 524 €	9,18%	1 438 551 €	13,82%
11	Ativos Financeiros	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
12	Passivos Financeiros	5 486 623 €	37,12%	856 071 €	8,75%	400 000 €	3,84%
13	Outras Receitas de Capital	168 238 €	1,14%	40 099 €	0,41%	9 662 €	0,09%
	TOTAL	14 781 988 €	100,00%	9 779 289 €	100,00%	10 410 444 €	100,00%

O quadro seguinte apresenta a evolução das receitas entre 2017 e 2019, onde podemos concluir que as receitas correntes tiveram um aumento de 5,45% e as receitas de capital um aumento de 10,91%.

	2017	Variação 2017/2016	2018	Variação 2018/2017	2019	Variação 2019/2018
Receitas Correntes	8 134 501,21 €	2,25%	7 974 238,42 €	-1,97%	8 408 533,59 €	5,45%
Receitas de Capital	6 647 486,49 €	391,06%	1 805 051,04 €	-72,85%	2 001 909,99 €	10,91%
TOTAL	14 781 987,70 €	58,79%	9 779 289,46 €	-33,84%	10 410 443,58 €	6,45%

	2017	2018	2019
Receitas Correntes	55%	82%	81%
Receitas de Capital	45%	18%	19%
Receita Total	14,8M€	9,8M€	10,4M€

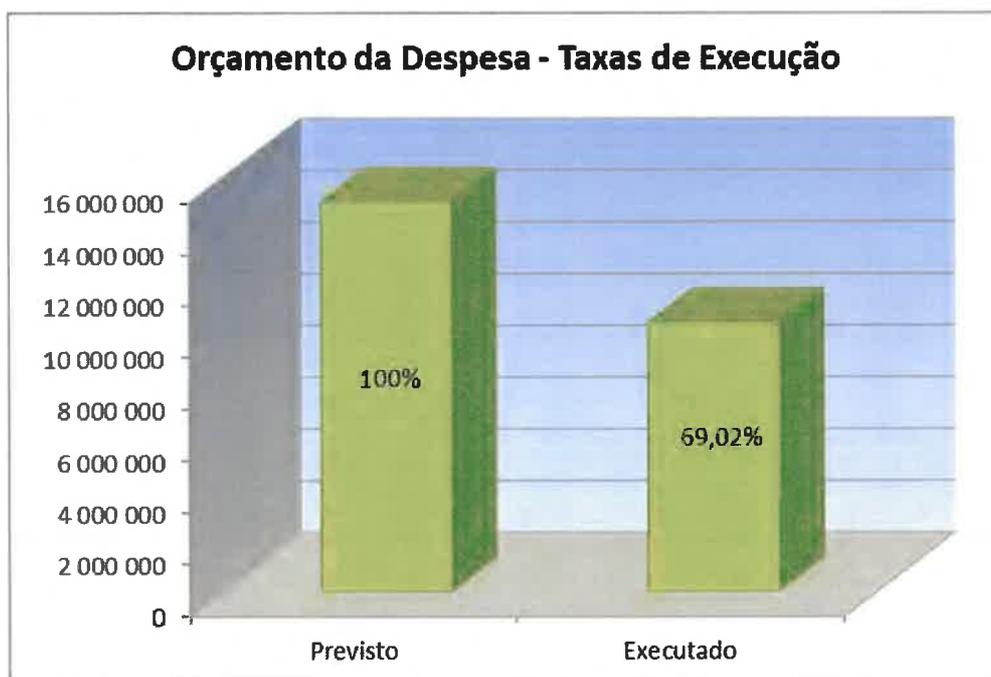


4.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA DESPESA

O quadro seguinte traduz ao nível da despesa a previsão e execução de 2019. Constata-se que a despesa executada ascendeu a 10.401.654,61EUR, dos 15.069.735,00EUR previstos, a que corresponde uma taxa de execução global de 69,02%.

No que respeita à despesa corrente registou-se uma execução de 73,14% e a despesa de capital de 59,20%.

Designação	Previsto	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Despesa Total	15 069 735,00 €	10 401 654,61 €	- 4 668 080,39 €	69,02%
Corrente	10 618 385,00 €	7 766 661,01 €	- 2 851 723,99 €	73,14%
Capital	4 451 350,00 €	2 634 993,60 €	- 1 816 356,40 €	59,20%



No quadro seguinte traduz-se a execução orçamental por capítulos de despesa, registando-se que de entre as despesas correntes se destacam as despesas com pessoal e a aquisição de bens e serviços, sendo que **65,72%** de despesa corrente paga é referente a **despesas com pessoal** e **36,39%** a **aquisição de bens e serviços**, ou seja, 92% da despesa corrente é referente apenas a estas duas rubricas.

No que respeita à despesa de capital podemos perceber que correspondem a 29,54% do total das despesas pagas, das quais 38% correspondem à aquisição de bens de capital e 50% a passivos financeiros, ou seja, respeitantes ao pagamento de empréstimos.

Cód.	Descrição	Previsto		Executado		Desvio		Taxa de Execução
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Despesas Correntes	10 618 385 €	70,46%	7 766 661 €	74,67%	- 2 851 724 €	-26,86%	73,14%
01	Despesas com pessoal	5 546 485 €	36,81%	5 104 474 €	49,07%	- 442 011 €	-7,97%	92,03%
02	Aquisição de Bens e Serviços	4 103 297 €	27,23%	2 049 434 €	19,70%	- 2 053 863 €	-50,05%	49,95%
03	Juros e Outros Encargos	215 365 €	1,43%	109 070 €	1,05%	- 106 295 €	-49,36%	50,64%
04	Transferências Correntes	561 770 €	3,73%	416 622 €	4,01%	- 145 148 €	-25,84%	74,16%
05	Subsídios	5 €	0,00%	- €	0,00%	5 €	-100,00%	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	191 463 €	1,27%	87 060 €	0,84%	- 104 403 €	-54,53%	45,47%
	Despesas de Capital	4 451 350 €	29,54%	2 634 994 €	25,33%	- 1 816 356 €	-40,80%	59,20%
07	Aquisição de Bens de Capital	2 401 468 €	15,94%	993 264 €	9,55%	- 1 408 205 €	-58,64%	41,36%
08	Transferências de Capital	404 545 €	2,68%	285 683 €	2,75%	- 118 863 €	-29,38%	70,62%
09	Ativos Financeiros	100 237 €	0,67%	35 873 €	0,34%	- 64 364 €	-64,21%	35,79%
10	Passivos Financeiros	1 545 100 €	10,25%	1 320 175 €	12,69%	- 224 925 €	-14,56%	85,44%
	Total	15 069 735 €	100,00%	10 401 655 €	100,00%	- 4 668 080 €	-30,98%	69,02%

A representação gráfica do peso percentual da despesa corrente e despesa de capital em relação à despesa total é traduzido pelo gráfico que se segue.



Evolução da Despesa 2017-2019

Cód.	Descrição	2017		2018		2019	
		Valor	%	Valor	%	Valor	%
	Despesas Correntes	7 380 842 €	76,64%	6 877 806 €	70,40%	7 766 661 €	74,67%
01	Despesas com pessoal	4 197 565 €	43,59%	4 389 090 €	44,93%	5 104 474 €	49,07%
02	Aquisição de Bens e Serviços	2 453 308 €	25,47%	1 913 760 €	19,59%	2 049 434 €	19,70%
03	Juros e Outros Encargos	253 955 €	2,64%	93 448 €	0,96%	109 070 €	1,05%
04	Transferências Correntes	400 413 €	4,16%	420 810 €	4,31%	416 622 €	4,01%
05	Subsidios	- €	0,00%	- €	0,00%	- €	0,00%
06	Outras Despesas Correntes	75 602 €	0,79%	60 698 €	0,62%	87 060 €	0,84%
	Despesas de Capital	2 249 483 €	23,36%	2 891 908 €	29,60%	2 634 994 €	25,33%
07	Aquisição de Bens de Capital	1 147 225 €	11,91%	1 284 389 €	13,15%	993 264 €	9,55%
08	Transferências de Capital	187 250 €	1,94%	194 500 €	1,99%	285 683 €	2,75%
09	Ativos Financeiros	57 396 €	0,60%	50 222 €	0,51%	35 873 €	0,34%
10	Passivos Financeiros	857 611 €	8,91%	1 362 797 €	13,95%	1 320 175 €	12,69%
	Total	9 630 325 €	100,00%	9 769 713 €	100,00%	10 401 655 €	100,00%

A dependência existente da Câmara Municipal de Tarouca, no que respeita às transferências da administração central e ao quadro comunitário, tem como consequência uma menor execução orçamental, pois qualquer atraso na abertura dos avisos implica uma perda imediata de receita prevista.

Não podemos também deixar de mencionar que os atrasos verificados nos pagamentos às Águas do Norte implicam uma menor execução, pois estas dívidas têm que ser orçamentadas no ano e depois se as mesmas não se liquidarem surgem como não execução.

Conforme podemos verificar no quadro anterior o peso dos passivos financeiros é de 12,69% do total da execução orçamental, ou seja, 1.320.175EUR, que se referem a pagamentos de empréstimos à banca comercial, obrigando a um esforço de tesouraria diário e a uma atenção redobrada, para que a liquidez não traga problemas maiores.

De referir que o aumento do Salário Mínimo Nacional, bem como o descongelamento das carreiras na função pública e a contratação de precários tiveram como consequência um aumento de cerca de 715 mil euros nas despesas com pessoal, o seu peso relativo continua a apresentar valores muito consideráveis, sendo responsável esta rubrica por 49,07% da despesa total do município.



FESTIVAL
JUVENILE
2019



5 LIMITES LEGAIS

5.1 LIMITES DA DIVIDA TOTAL EM 2019

De acordo com o artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 03.09, a dívida total a considerar em 2019 é calculada da seguinte forma:

Limite da dívida total em 2019: 12.032.023EUR (= 1,5 vezes a média da receita corrente cobrada líquida nos 3 exercícios anteriores).

Dívida total a considerar para efeitos de redução (a existente em 01.01.2019): 11.559.184EUR

Montante em excesso em 31.12.2019: não se verifica excesso, mas sim uma margem absoluta de 621.018€.

Assim, contrariando os últimos anos, **em 2019 o município não se encontra em excesso de endividamento.**

Divida total			
Ano	Excesso	Divida Total	Limite
2018 -	161 403 €	11 755 274 €	11 916 677 €
2019	621 018 €	12 032 023 €	11 411 005 €

Corrigir o mapa. Está errado, com o devido respeito.

Do exposto resulta que foi cumprida e superada a meta de redução fixada no nº3 do artigo 52º da Lei nº73/2013, de 03.09 e por consequência o Município de Tarouca não se encontra na situação de excesso de endividamento.

5.2 PAGAMENTOS EM ATRASO

Para os efeitos do disposto na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, apresenta-se de seguida mapa com a evolução dos pagamentos em atraso do ano de 2019, registando-se no final do ano uma redução de 11,80%.

Quadro dos pagamentos em atraso – 2019

Evolução dos pagamentos em atraso (a mais de 90 dias)			
	Saldo	Aumento €	Aumento %
01/01/2019	1 884 766,69 €		
31/12/2019	1 662 451,23 €	- 222 315,46 €	-11,80%

5.3 FUNDOS DISPONÍVEIS

A Câmara Municipal deliberou em 13.06.2019, para efeitos do disposto no nº6 do artigo 88º da Lei nº 71/2018, de 31.12, considerar que, no ano 2019, o Município de Tarouca está excluído do âmbito de aplicação da Lei nº 8/2012, de 21.02 (Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso) e do Decreto-Lei nº 127/2018, de 21.06, dado que se verificam todos os respetivos pressupostos legais e de facto.

A referida exclusão vigorou a partir do dia 24.06.2019, data em que a Direção Geral das Autarquias Locais rececionou a comunicação da referida decisão.

Continuou a ser dado cumprimento à obrigação de reporte dos pagamentos em atraso e a obrigação de redução no mínimo de 10% dos pagamentos em atraso com mais de 90 dias, registados no SIAL, até ao final de 2019 (artigo 89º da Lei nº 71/2018, de 31.12).

6 SÍNTESE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DA AUTARQUIA

Nos vários documentos que integram a prestação de contas e nos documentos de natureza orçamental como de natureza patrimonial é possível retratar a situação financeira da Autarquia.

Estes documentos apresentam toda a informação relevante no que respeita à situação financeira da Autarquia, contudo de entre estes e para efeitos de análise sintética, destacam-se a Demonstração de Resultados, que fornece as informações necessárias à análise relativa aos custos, proveitos e resultados da Autarquia e o Balanço que nos apresenta a situação financeira e patrimonial.

Referir que no início de 2017 foi preparado um novo plano de saneamento financeiro, que teve como único objetivo substituir o anterior, alargando assim o prazo de amortização do empréstimo, sem aumentar qualquer valor à dívida existente, com o objetivo de melhorar a liquidez.

- Situação financeira

As demonstrações financeiras proporcionam informação acerca da posição financeira, das alterações desta e dos resultados das operações, para que sejam úteis aos que a desejem utilizar, analisar e avaliar.

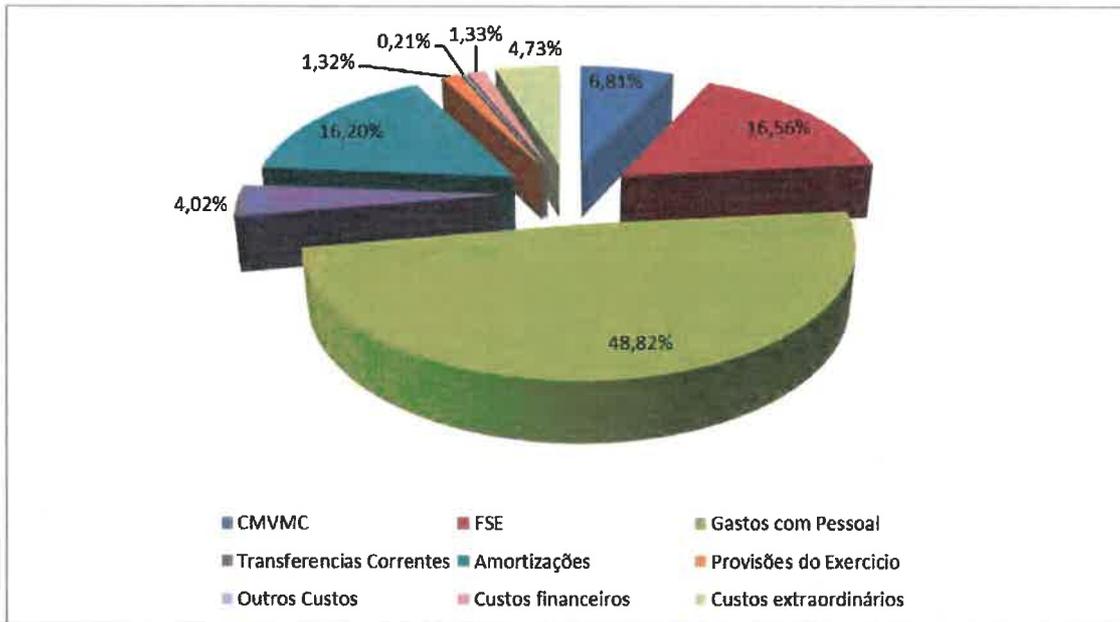


✓ **Demonstração de Resultados**

Este documento apresenta todos os custos e proveitos referentes ao exercício económico de 2019, podendo os mesmo ser comparados com o ano anterior, bem como os resultados obtidos.

Código de Contas		Exercício			
		N		N - 1	
61	Custos e perdas				
	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	21.909,36		25.973,41	
	Matérias	725.743,27	746.652,63	687.681,86	713.653,27
62	Fornecimentos e serviços externos:		1.820.492,20		1.772.776,83
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	4.202.221,22		3.605.826,70	
643 + 648	Encargos sociais	1.165.493,68	5.367.714,90	873.725,13	4.479.553,83
65	Transferências e subs. correntes concedidos a prestações sociais		842.056,07		425.563,68
66	Amortizações do exercício		1.761.342,76		1.849.249,89
67	Provisões do exercício		145.139,14		
68	Outros custos operacionais		22.620,26		30.587,43
	(A)		10.328.518,00		9.271.282,14
69	Custos e perdas financeiros		146.283,30		159.903,78
	(C)		10.474.801,30		9.431.187,92
69	Custos e perdas extraordinários		520.563,19		322.296,54
	(B)		10.995.364,49		9.753.484,46
88	Resultado líquido do exercício.....		-663.801,47		-557.552,89
	(X)		10.331.563,02		9.195.931,57
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias				
7112+7113	Venda de produtos	353.198,95		298.740,83	
	(B)				
712	Prestações de serviços	474.328,96	1.357.527,91	684.118,37	982.854,20
	()		1.357.527,91		982.854,20
72	Impostos e taxas		1.129.239,59		893.212,67
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade		354.613,58		406.653,68
73	Proveitos suplementares		29.448,05		36.803,86
74	Transferências e subsídios obtidos		6.641.200,71		6.219.567,80
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		9.522.029,84		8.539.099,42
76	Proveitos e ganhos financeiros		261.483,04		234.607,87
	(D)		9.783.512,88		8.773.707,29
79	Proveitos extraordinários:		548.050,14		422.224,28
	(F)		10.331.563,02		9.195.931,57
Resumo:	Resultados Operacionais: (B - A)		-806.486,16		-732.182,72
	Resultados Financeiros: (D - E) + (C - A)		115.194,74		74.782,09
	Resultados Correntes: (D - C)		-691.291,42		-657.400,63
	Resultado líquido do Exercício: (F - E)		-663.801,47		-557.552,89

✓ **Custos do Exercício de 2019**



Em relação aos custos do exercício de 2019, analisando a Demonstração de Resultados e a representação gráfica dos mesmos constantes do gráfico anterior, verifica-se que os custos com o pessoal assumem grande relevância na estrutura de custos totais representando 48,82%, e conforme podemos verificar esta rubrica aumentou em cerca de 888 mil euros, em comparação com o ano anterior, consequência do aumento do salário mínimo nacional, descongelamento das carreiras da função pública e contratação dos precários no ultimo trimestre de 2018.

Os custos com Fornecimentos e Serviços Externos representam 16,56%, tendo aumentado em cerca de 48 mil euros em comparação com o ano de 2018.

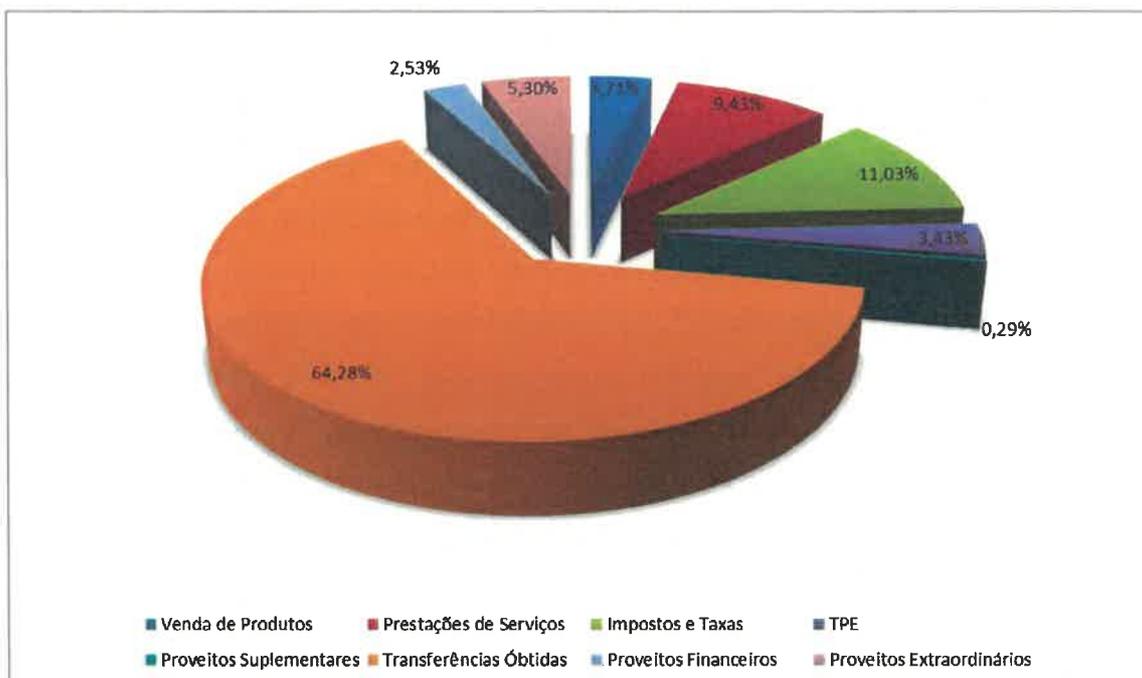
Os Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas registam uma diminuição de cerca de 35 mil euros, sendo estes custos em sua grande parte resultantes da aquisição de materiais para a realização de obras por administração direta e água para consumo à empresa Águas do Norte.

O município tem vindo a fazer algumas reestruturações aos serviços, por forma a garantir algumas poupanças, sendo que da análise da estrutura de custos pode-se concluir que mais de 90% dos custos da autarquia são fixos.

Acreditamos que a instalação de leds em todo o concelho e outras medidas de contenção de despesa, serão fundamentais para um maior equilíbrio na tesouraria da autarquia, bem como o foco sempre presente de todo o executivo na contenção de despesa.

A totalidade dos Custos e Perdas apresentam um aumento de aproximadamente 1.242 mil euros em comparação com o ano de 2018, sendo em sua grande parte justificado pelo aumento com gastos com pessoal, mas também pelo registo, pela primeira vez na contabilidade do Município, de provisões do exercício de 145.139EUR

✓ Proveitos do Exercício de 2019



No que respeita aos proveitos, constata-se que a rubrica de Transferências Obtidas, provenientes da Administração Central, representa 64,28%. Os Impostos e Taxas com 11,03%, as Vendas e Prestações de Serviços com 9,43%, todos os outros proveitos assumem pesos relativos de cerca de 15%.

Podemos perceber da análise da Demonstração de Resultados que se verificou um aumento de receita em impostos e taxas, bem como nas prestações de serviços, que se referem aos serviços de tratamento de águas residuais e resíduos

Da análise da estrutura de proveitos, repetindo, conclui-se que o Município de Tarouca tem uma forte dependência em relação às Transferências Obtidas.

✓ **Resultado Líquido do Exercício**

O Resultado Líquido do Exercício é obtido através do diferencial entre custos e proveitos, tendo-se obtido no exercício de 2019 um Resultado líquido negativo de 663.801,47€.

Estes resultados são também consequência de algumas alterações estruturais que existir ao longo de 2019, estando certos de uma maior estabilidade económica para o futuro.

Conforme referimos nos anos anteriores, nas autarquias locais não se deverá reduzir a análise de resultados a uma simples referência do resultado alcançado, tendo em conta a natureza desta instituição e a sua principal missão "melhorar a qualidade de vida dos cidadãos e tornar possível uma maior fixação dos seus jovens", os investimentos que realiza não têm uma lógica de rentabilidade económica, mas sim, com a preocupação de materializar uma real e sustentada melhoria das condições de vida das populações, através da satisfação das suas necessidades, da melhoria dos espaços públicos, de lazer, recreio, educação, ambiente, entre outras inerentes às atribuições da Autarquia.

No entanto, teremos que assegurar uma clara sustentabilidade económica e financeira para que seja possível perseguir tal objetivo, e se em algum momento existir um desequilíbrio elevado, pôr-se-á em causa todos os objetivos e a missão da autarquia, pois o aumento gradual das dívidas a fornecedores e à banca comercial, criará certamente problemas financeiros aos empreendedores, que confiam plenamente na Câmara Municipal.



✓ **Balço**

CODIGO DAS CONTAS	ATIVO	EXERCÍCIOS			
		N			N - 1
		AB	A/P	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio público				
451	Terrenos e recursos naturais	2 108 872,88 €		2 108 872,88 €	2 136 719,52 €
452	Edifícios	1 745,79 €	480,09 €	1 265,70 €	1 287,54 €
453	Outras construções e infra-estruturas	31 466 275,88 €	23 130 261,73 €	8 336 014,15 €	9 188 409,69 €
455	Bens do património histórico, artístico e cultural				
459	Outros bens de domínio público	60 140,05 €	8 545,92 €	51 594,13 €	51 976,33 €
445	Imobilizações em curso	146 754,99 €		146 754,99 €	137 302,50 €
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público				
		33 783 789,59 €	23 139 287,74 €	10 644 501,85 €	11 515 695,58 €
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação				
432	Despesas de investigação e de desenvolvimento	472 474,19 €	306 223,59 €	166 250,60 €	222 303,91 €
433	Propriedade industrial e outros direitos				
443	Imobilizações em curso	- €		- €	- €
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				
		472 474,19 €	306 223,59 €	166 250,60 €	222 303,91 €
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	1 050 355,61 €		1 050 355,61 €	1 050 355,61 €
422	Edifícios e outras construções	25 867 141,64 €	10 382 297,46 €	15 484 844,18 €	15 782 631,85 €
423	Equipamento básico	2 020 194,19 €	1 632 027,92 €	388 166,27 €	358 908,87 €
424	Equipamento de transporte	1 181 746,55 €	1 050 598,91 €	131 147,64 €	127 410,58 €
425	Ferramentas e utensílios	57 654,37 €	51 751,47 €	5 902,90 €	3 706,00 €
426	Equipamento administrativo	715 775,66 €	650 628,51 €	65 147,15 €	38 848,93 €
427	Taras e vasilhame				
429	Outras imobilizações corpóreas	1 040 464,87 €	790 394,00 €	250 070,87 €	294 315,30 €
442	Imobilizações em curso	564 513,20 €		564 513,20 €	19 329,33 €
448	Adiantamento por conta de imobilizações corpóreas				
		32 497 846,09 €	14 557 698,27 €	17 940 147,82 €	17 675 506,47 €
	Investimentos financeiros				

411	Partes de capital	293 212,00 €		293 212,00 €	293 212,00 €
412	Obrigações e títulos de participação	258 282,00 €		258 282,00 €	258 282,00 €
414	Investimentos em imóveis				
415	Outras aplicações financeiras	1 103,04 €		1 103,04 €	1 103,04 €
441	Imobilizações em curso				
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros				
		552 597,04 €		552 597,04 €	552 597,04 €
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	36 242,23 €		36 242,23 €	49 911,12 €
35	Produtos e trabalhos em curso				
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos				
33	Produtos acabados e intermédios				
32	Mercadorias	9 753,27 €		9 753,27 €	9 270,63 €
37	Adiantamentos por conta de compras				
		45 995,50 €		45 995,50 €	59 181,75 €
	Dívidas de terceiros - Medio e longo prazos: (a)				
282	Empréstimos concedidos de m/l prazo				
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:				
28	Empréstimos concedidos				
211	Clientes c/c				
212	Contribuintes c/c	6 484,72 €		6 484,72 €	1 774,83 €
213	Utentes c/c	192 647,98 €		192 647,98 €	74 417,96 €
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	59 190,59 €	33 624,23 €	25 566,36 €	24 299,84 €
251	Devedores pela execução do orçamento				
229	Adiantamentos a fornecedores				
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado				
24	Estado e outros entes públicos	42 973,31 €		42 973,31 €	36 286,41 €
264	Administração autárquica				
262+263+267	Outros devedores	46 230,90 €		46 230,90 €	143 407,85 €
		347 527,50 €	33 624,23 €	313 903,27 €	280 186,89 €

151	Títulos negociáveis:				
	Acções				
152	Obrigações e títulos de participação				
153	Títulos de dívida pública				
159	Outros títulos				
18	Outras aplicações de tesouraria				
<hr/>					
	Depósitos em instituições financeiras e Caixa:				
12	Depósitos em instituições financeiras	228 222,86 €		228 222,86 €	238 605,35 €
11	Caixa	543,39 €		543,39 €	251,86 €
		228 766,25 €		228 766,25 €	238 857,21 €
<hr/>					
	Acréscimos e diferimentos:				
271	Acréscimos de proveitos	857 009,70 €		857 009,70 €	706 751,24 €
272	Custos diferidos	21 423,76 €		21 423,76 €	21 321,53 €
		878 433,46 €		878 433,46 €	728 072,77 €
<hr/>					
	Total de amortizações		38 003 209,60 €		
	Total de provisões		33 624,23 €		
	Total do ativo	68 807 429,62 €	38 036 833,83 €	30 770 595,79 €	31 272 401,62 €

CODIGO DAS CONTAS	FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	EXERCÍCIOS	
		N	N - 1
	Fundos próprios:		
51	Património	19 814 087,66 €	19 814 087,66 €
55	Ajustamento de partes de capital em empresas		
56	Reservas de reavaliação		
	Reservas:		
571	Reservas legais	211 702,38 €	211 702,38 €
572	Reservas estatutárias		
573	Reservas contratuais		
574	Reservas livres		
575	Subsídios	349 462,14 €	349 462,14 €
576	Doações	252 440,61 €	252 440,61 €
577	Reservas decorrentes de transferências de ativos		
59	Resultados transitados	- 9 675 806,03 €	- 9 118 253,24 €
88	Resultado líquido em exercício	- 663 801,47 €	- 557 552,89 €
		10 288 085,29 €	10 951 886,66 €

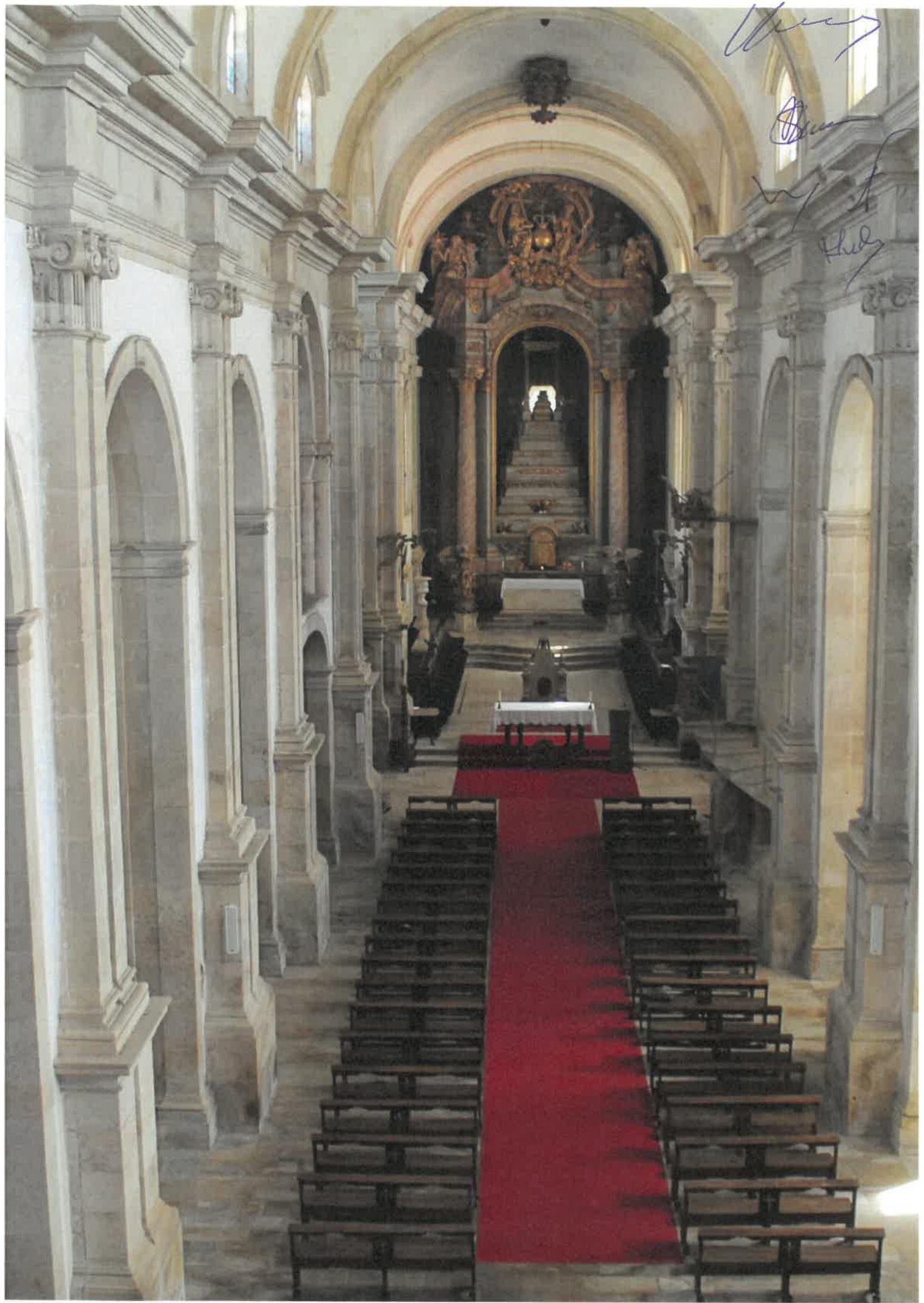
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	145 139,14 €	
	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazos (a)		
2312	Empréstimos obtidos de m/l prazo	5 958 885,41 €	6 686 213,04 €
221	Parcela de longo prazo de fornecedores c/c (Acordo - Águas do Norte)	1 650 766,73 €	1 734 292,37 €
2681	FAM (Fundo de Apoio Municipal)	- €	14 349,00 €
		7 754 791,28 €	8 434 854,41 €
227	Fornecedores - contratos futuros		
2617	Fornecedores Imobilizado - contratos futuros		
26887	Credores diversos - contratos futuros		
	Dívidas a terceiros - Curto Prazo		
2311	Empréstimos de curto prazo	- €	121 189,17 €
2312	Parcela de curto prazo dos empréstimos de médio - longo prazo	950 085,44 €	1 021 743,33 €
269	Adiantamentos por conta de vendas		
221	Fornecedores c/c	1 812 920,18 €	1 228 301,14 €
228	Fornecedores - Faturas em receção e conferência	597,53 €	151 779,13 €
252	Credores pela execução do orçamento		
219	Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	706 912,20 €	577 158,32 €
24	Estado e outros entes públicos	78 725,42 €	69 175,50 €
264	Administração autárquica		
262+263+267	Outros credores	492 005,39 €	417 259,83 €
2618	Fornecedores de Imobilizado - Faturas em receção e conferência	- €	25 221,83 €
		4 041 246,16 €	3 611 828,25 €
222+2612+26	Garantias e Cauções		

	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	985 757,70 €	792 526,49 €
274	Proveitos diferidos	7 700 715,36 €	7 481 305,81 €
		8 686 473,06 €	8 273 832,30 €
		20 482 510,50 €	20 320 514,96 €
	Total dos fundos próprios e do passivo	30 770 595,79 €	31 272 401,62 €

O balanço é a demonstração financeira que espelha a situação financeira e patrimonial do Município, apresenta a situação financeira, sendo que da sua análise se poderá extrair toda a informação referente ao seu Ativo, composto pelos bens e direitos, do seu Passivo, composto pelas suas obrigações para com terceiros e a composição dos seus fundos próprios.

Este documento encontra-se estruturado em Ativo, Fundos Próprios e Passivo, apresentando-se de seguida a sua representação gráfica.

No ano de 2019 foram registados em balanço aproximadamente 355 mil euros de Trabalhos para a Própria Entidade, este valor foi apurado através do programa de gestão de atividades, o qual teve o seu início de utilização em junho de 2014.



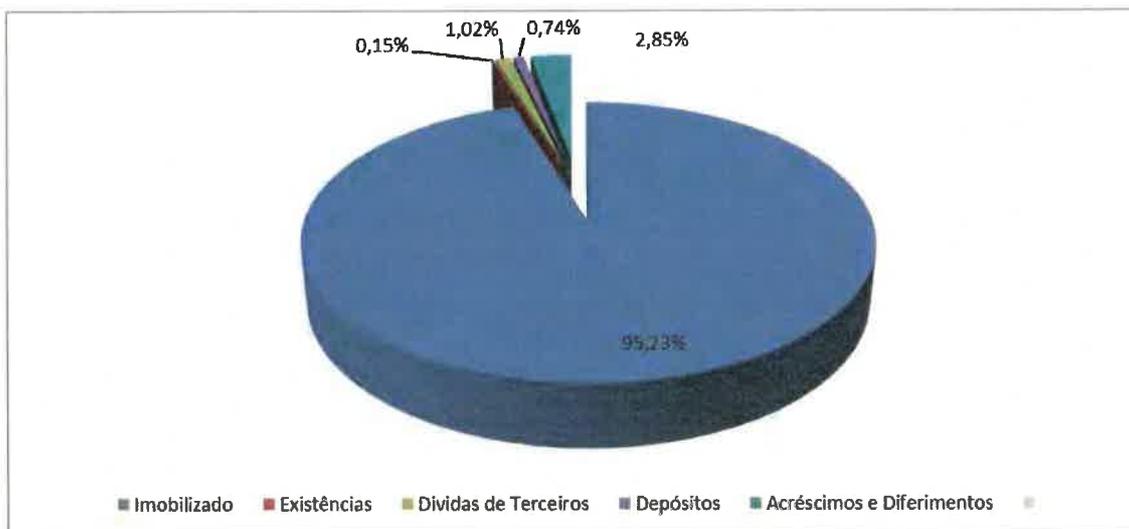
Wing

Stair

W. J. H. H. H.

H. H. H.

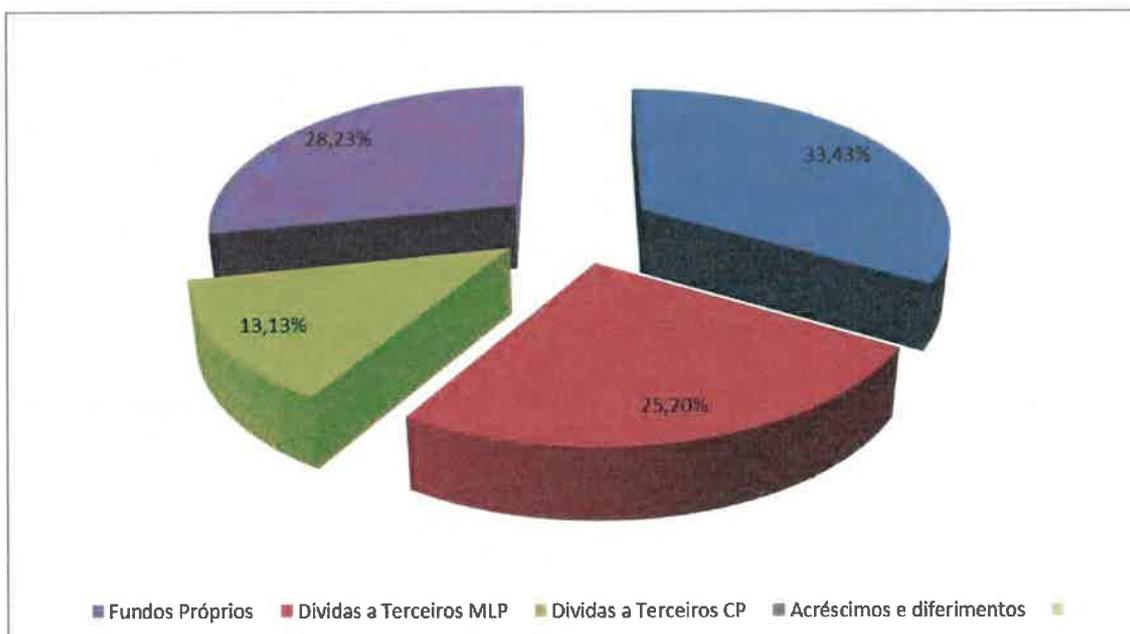
✓ **Ativo**



Da análise do Ativo constata-se que a rubrica de imobilizado assume a quase totalidade da sua composição (96%), que dada a natureza desta entidade é perfeitamente natural que assim seja.

A estrutura do ativo mantém-se em comparação ao ano anterior.

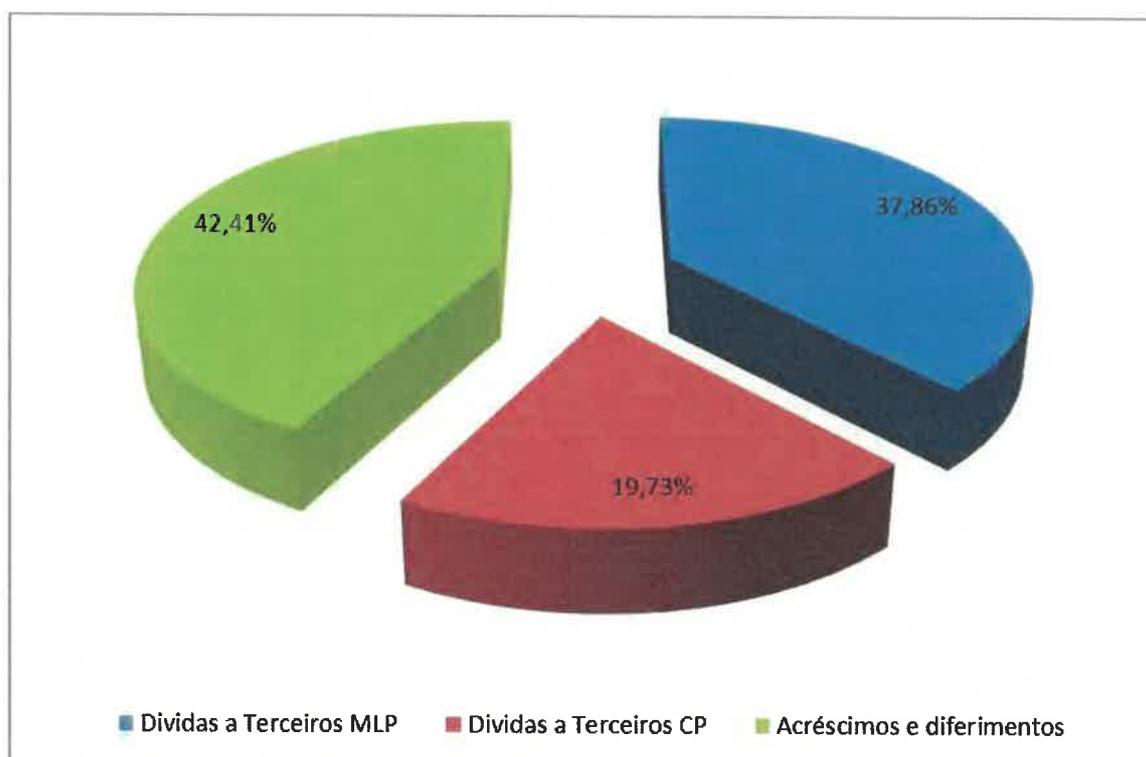
✓ **Fundos Próprios e Passivo**



Fundos Próprios

Esta componente do balanço representa o valor "líquido" do património do Município, correspondendo à diferença entre o ativo e o passivo, sendo o seu valor de 10.288.085,29EUR representando 33% do total dos fundos próprios e passivo.

Passivo



O Passivo representa no balanço, as obrigações da autarquia, engloba todas as dívidas a terceiros, de curto, médio e longo prazos. Das rubricas que o compõem, destacam-se as dívidas a instituições de crédito e a fornecedores. A rubrica acréscimos e diferimentos, regista as operações verificadas no exercício que terão de ser imputadas a exercício futuros, como é o caso de fundos comunitários, esta rubrica será anualmente utilizada de uma forma sistemática, à semelhança das amortizações, para uma conta de proveitos extraordinários.

Da composição do passivo, a dívida de médio e longo prazo representa 37,86% (7.754.791,28 EUR) do seu total, os acréscimos e diferimentos 42,41% (8.686.473,06EUR) e as dívidas a terceiros curto prazo 19,73% (4.041.246,16EUR).



✓ Indicadores de Gestão Financeira

De seguida apresentam-se alguns indicadores de gestão financeira, divididos em indicadores de análise à contabilidade orçamental e indicadores de análise à contabilidade patrimonial.

Indicadores Orçamentais 2016-2019

N.º	Fórmula de Cálculo do Rácio	2016	2017	2018	2019
Receitas					
1	Receita Corrente/Receita Total	85,46%	55,03%	81,54%	80,77%
2	Receita de Capital/Receita Total	14,35%	43,83%	18,05%	19,14%
3	Passivos Financeiros (receita)/Despesa Total	4,38%	37,15%	8,76%	3,85%
4	Receitas Próprias/Despesa Total	27,20%	19,08%	28,84%	27,08%
5	Receitas Próprias/Receita Total	26,71%	30,26%	28,81%	27,06%
6	Passivos Financeiros (receita)/Receita Total	4,30%	4,30%	8,75%	3,84%
7	Transferências Correntes e de Capital da EU/Receita total	5,23%	5,23%	5,04%	5,75%
Despesas					
8	Despesa Corrente/Despesa Total	72,25%	49,98%	70,40%	74,67%
9	Despesa de Capital/Despesa Total	27,75%	50,02%	29,60%	25,33%
10	Aquisição de Bens de Capital/Despesa Total	6,19%	7,77%	13,15%	9,55%
11	Transferências de Capital (despesa)/Despesa Total	2,49%	1,27%	1,99%	2,75%
12	Pessoal/Despesa Total	44,27%	28,43%	44,93%	49,07%
13	Aquisição de Bens e Serviços Correntes/Despesa Total	20,32%	16,61%	19,59%	19,70%
14	Serviço da dívida/Despesa total	18,46%	40,59%	13,95%	12,69%
Outros					
15	Receita Total/n.º de habitantes	1 155,39 €	1 834,68 €	1 213,76 €	1 292,10 €
16	Despesa Total/n.º de habitantes	1 134,57 €	1 832,81 €	1 212,57 €	1 291,01 €
17	Receita de capital/n.º de habitantes	105,50 €	172,75 €	189,79 €	163,19 €

Em relação ao quadro anterior apresenta-se de seguida a descrição do conteúdo de cada rácio, pela ordem sequencial atribuída.

- 1 - Mede o peso da receita corrente na receita total
- 2 - Mede o peso da receita de capital na receita total
- 3 - Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas da autarquia provenientes de empréstimos de terceiros
- 4 - Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da autarquia
- 5 - Mede o peso das receitas próprias no total das receitas arrecadadas

- 6 – Mede a importância dos empréstimos de terceiros na receita total da autarquia
- 7 – Mede o peso das transferências comunitárias na receita total da autarquia
- 8 - Mede o peso da despesa corrente na despesa total
- 9 - Mede o peso da despesa de capital na despesa total
- 10 – Mede o peso do investimento direto na despesa total
- 11 - Mede o peso do investimento indiretamente realizado pela autarquia, através de transferência de capital para outras entidades, na despesa total
- 12 – Mede o peso da despesa com pessoal na despesa total
- 13 – Mede o peso da despesa com a aquisição de bens e serviços decorrentes da atividade da autarquia na despesa total
- 14 – Mede o peso da despesa com custos financeiros (juros+amortizações) decorrentes de empréstimos na despesa total
- 15 – Representa o volume de receitas arrecadadas, em termos per capita
- 16 – Representa o volume das despesas efetuadas, em termos per capita
- 17 – Representa o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita

Indicadores Patrimoniais 2017-2019

N.º	Fórmula de Cálculo do Rácio	2017	2018	2019
1	Liquidez Geral Ativo Circulante/Passivo Circulante	20,56%	13,33%	12,41%
2	Autonomia Financeira Fundos Próprio e Passivo/Ativo Líquido Total	63,13%	64,04%	65,08%
3	Grau de Cobertura do Imobilizado Capitais Permanentes/Imobilizado Líquido	93,93%	92,55%	91,91%

No que respeita a indicadores patrimoniais, e conforme já se referiu dada a natureza da entidade se orientar numa lógica de persecução do interesse público, apenas se referem os rácios constantes do quadro anterior, cujo seu conteúdo é o seguinte:

- 1 – Mede o grau em que os débitos a curto prazo estão cobertos pelo ativo circulante
- 2 – Mede a autonomia financeira da entidade e o seu grau de dependência para com terceiros
- 3 – Mede o grau de cobertura do imobilizado pelos capitais permanentes





7 EVOLUÇÃO DAS DÍVIDAS DE CURTO, MÉDIO E LONGO PRAZOS DE TERCEIROS E A TERCEIROS

POCAL define que a evolução das dívidas de e a terceiros se analise nos últimos três anos, assim:

As dívidas de terceiros apresentam a seguinte composição:

Dívidas de Curto Prazo

Cientes, Contribuintes, utentes e Outros Devedores:

2017 – 229.729,08€

2018 – 280.186,89€

2019 – 313.903,27€

As dívidas a terceiros apresentam a seguinte composição:

Dívidas de Médio e Longo Prazos:

2017 – 8.533.087,22€

2018 – 7.707.956,37€

2019 – 7.754.791,28€

Dívidas de Curto Prazo

2017 – 3 724 301,23€

2018 – 4.338.726,29€

2019 – 4.041.246,16€

Da composição do passivo, a dívida de médio e longo prazo representa 37,86% (7.754.791,28€) do seu total, os acréscimos e diferimentos 42,41% (8.686.473,06€) e as dívidas a terceiros de curto prazo 19,73% (4.041.246,16€).

8 PROPOSTA FUNDAMENTADA DA APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o definido no POCAL, o resultado líquido do exercício, deverá ter o seguinte tratamento:

“2.7.3.1. Aplicação aprovada pelo órgão deliberativo, mediante proposta fundamentada do órgão executivo.

2.7.3.2. No início de cada exercício, o resultado líquido do exercício anterior é transferido para a conta 59 “Resultados transitados”.

Assim, em conformidade com o definido no POCAL, **propõe-se que o resultado líquido do exercício de 2019, no valor de 663.801,47EUR negativos, seja transferido para resultados transitados.**

9 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

No dia 30 de janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou a emergência de saúde pública de âmbito internacional por motivo de um novo coronavírus (SARS-COV-2), agente causal da COVID-19. O vírus foi classificado, no dia 11 de março de 2020, como uma pandemia internacional, constituindo uma calamidade pública.

Seguindo as orientações da Direção-Geral de Saúde, o Presidente da Câmara Municipal de Tarouca, em 9 de março de 2020, aprovou o plano de contingência municipal, para antecipar e gerir o impacto da COVID-19.

O plano de contingência foi de imediato ativado: criadas e apetrechadas salas adequadas para áreas de isolamento; aquisição e distribuição de material de prevenção, informação atualizada permanente dirigida aos munícipes, em especial através do site do Município e das redes sociais.

No dia 11 de março de 2020, o Presidente da Câmara Municipal proferiu despacho determinando o encerramento imediato ao público dos seguintes serviços municipais: Biblioteca e Arquivo Municipal; Piscinas Municipais; Campo de Futebol; Pavilhão Multiusos; Loja Interativa de Turismo; Espaço Internet; Auditório Municipal; Casa do Paço de Dálvares; Academia de Música e Unidade Móvel de Saúde. Cumulativamente determinou o cancelamento de todas as atividades culturais e desportivas, dirigidas aos jovens e idosos (Rejuvenescer Tarouca).



O Decreto-Lei nº 10-A/2020, de 13.03 estabeleceu medidas excecionais e temporárias de resposta à epidemia. Por força da publicação deste diploma, no dia 16 de março de 2020, todos os estabelecimentos de ensino pré-escolar, básico e secundário da rede pública municipal foram encerrados.

Em 18 de março de 2020, o Presidente da República declarou o estado de emergência (Decreto nº 14-A/2020, de 18.03), cujas normas de execução foram aprovadas pelo Decreto-Lei nº 2-A/2020, de 10.03. A Assembleia da República ratificou a declaração do estado de emergência e aprovou medidas excecionais de resposta à situação epidemiológica (Lei nº 1-A/2020, de 19.03).

Em 24 de março de 2020, o Presidente da Câmara Municipal proferiu despacho de ativação do Plano Municipal de Emergência de Proteção Civil do Concelho de Tarouca, na sequência da avaliação da Comissão Municipal de Proteção Civil.

Foi dado integral cumprimento às normas legais publicadas, orientações da DGS e decisões dos órgãos municipais.

Mantêm-se em funcionamento os serviços sites no Edifício dos Paços do Município e no Estaleiro Municipal (oficinas e obras), sem atendimento presencial. O atendimento do público passou a ser efetuado on-line ou por telefone.

Cada serviço organizou equipas de trabalho, em regime de rotatividade semanal.

Os trabalhadores afetos aos serviços municipais encerrados ao público encontram-se a executar tarefas de apoio à prevenção do COVID-19, tais como: apoio a lares e centros de dia; ajuda à população sénior; confeção e distribuição de máscaras sociais; distribuição de bens alimentares; Centro de Saúde de Tarouca.

O órgão deliberativo não realizou a sessão prevista para abril de 2020, a qual se realizará impreterivelmente até 30 de junho de 2020, para apreciação dos documentos de prestação de contas do ano 2019.

Não se realizou a reunião do órgão executivo agendada para 30 de abril de 2020, ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 3º da Lei nº 1-A/2020, de 19.03 e a mesma terá lugar no dia 14 de maio próximo, através de teleconferência.

Neste momento, não se pode estimar o valor dos impactos da doença COVID-19, financeiros, operacionais e outros, na atividade do Município.

No entanto, no que respeita à despesa decorrente desta situação epidemiológica, está a ser aplicado o regime excecional de contratação pública e de autorização de despesa, previsto nos artigos 2º e seguintes do Decreto-lei nº 10-A/2020, de 13.03.

Por outro lado, todos os apoios concedidos estão a ser objeto de adequado registo.

A reconsideração da continuidade das operações obedecerá aos diplomas legais aprovados pelos órgãos de soberania competentes, de acordo com a evolução da pandemia.

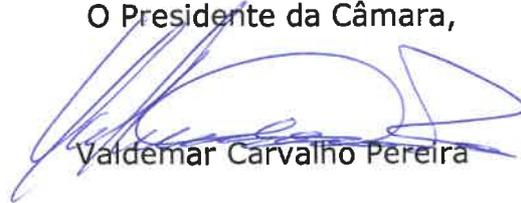


10 NOTA FINAL

Como conclusão deste relatório de gestão, importa salientar que as contas apresentadas, que integram os diversos mapas definidos na lei e o relatório de gestão traduzem a situação económico-financeira do município, fornecendo todos os elementos para uma correta análise e avaliação.

Tarouca, 30 de abril de 2020

O Presidente da Câmara,



Valdemar Carvalho Pereira